

RESSALVA

Atendendo solicitação do(a) autor(a), o texto completo desta dissertação será disponibilizado somente a partir de 12/09/2020.

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

GUILHERME CORREA BIANCHINI

**A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NA GOVERNANÇA DOS
RECURSOS HÍDRICOS NO BRASIL: o papel do Banco Mundial e o
Programa Interáguas**

**FRANCA
2019**

GUILHERME CORREA BIANCHINI

**A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NA GOVERNANÇA DOS
RECURSOS HÍDRICOS NO BRASIL: o papel do Banco Mundial e o
Programa Interáguas**

**Dissertação apresentada à Faculdade de
Ciências Humanas e Sociais, Universidade
Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”,
como pré-requisito para obtenção do Título de
Mestre em Planejamento e Análise de Políticas
Públicas.**

Área de Concentração: Desenvolvimento Social

**Orientadora: Prof.^a Dr.^a Fernanda Mello
Sant’Anna**

**FRANCA
2019**

B577c

Bianchini, Guilherme Correa

A cooperação internacional na governança dos recursos hídricos no Brasil : o papel do Banco Mundial e o Programa Interáguas /

Guilherme Correa Bianchini. -- Franca, 2019

129 f. : tabs., mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca

Orientadora: Fernanda Mello Sant'Anna

1. Governança dos Recursos Hídricos. 2. Banco Mundial. 3.
Cooperação Técnica Internacional. 4. Política Nacional de Recursos
Hídricos. 5. Programa Interáguas. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de
Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

GUILHERME CORREA BIANCHINI

**A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NA GOVERNANÇA DOS
RECURSOS HÍDRICOS NO BRASIL: o papel do Banco Mundial e o
Programa Interáguas**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do Título de Mestre em Planejamento e Análise de políticas Públicas. Área de Concentração: Instituições, Governança e Desenvolvimento.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____
Prof.^a Dr.^a Fernanda Mello Sant’Anna

1º Examinador: _____
Prof. Dr. Wagner Costa Ribeiro - USP

2º Examinador: _____
Prof. Dr. Antonio Cezar Leal – UNESP/Presidente Prudente

Franca, _____ de _____ de 2019.

À minha mãe, meu pai, minha irmã e meus avós.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, pelas incríveis oportunidades que a graduação e a pós-graduação me ofereceram. Em especial, agradeço aos funcionários da seção técnica de pós-graduação, Erick, Tadeu e Nailton, por tornarem possível a realização deste trabalho.

Agradeço aos meus colegas de turma de mestrado e aos professores do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Unesp.

Agradeço à Professora Doutora Matilde de Souza e ao Professor Doutor Wagner Costa Ribeiro pelas considerações feitas durante o meu exame de qualificação, que muito contribuíram para a execução deste trabalho, e aos Professores Doutores Wagner Costa Ribeiro e Antonio Cezar Leal pelas considerações feitas no meu exame de defesa de dissertação de mestrado.

Agradeço à minha orientadora e colega internacionalista, Professora Doutora Fernanda Mello Sant’Anna, pela primorosa orientação e por ser uma figura inspiradora. Gratidão por toda paciência, pelo extenso conhecimento compartilhado, e pela confiança em mim depositada durante a execução deste trabalho.

Agradeço aos meus pais, Daniel Vieira Bianchini e Jane Eyre Correa Bianchini, e à minha irmã, Bárbara Correa Bianchini, pelo amor, zelo e incentivo, apoio nesse caminho desde o início da minha graduação. Agradeço também aos meus avós e aos meus padrinhos, pessoas inspiradoras e que sempre me deram muito apoio em minhas escolhas e, em especial, agradeço ao meu avô, Professor Doutor Evaristo Bianchini Sobrinho, pela inspiração para iniciar esta trajetória.

Agradeço à minha companheira, Marina Silveira, uma figura de grande inspiração para a realização deste trabalho e trajetória, por todo o apoio e por permanecer ao meu lado nessa empreitada. É um caminho difícil, mas estivemos juntos neste desafio.

Agradeço aos meus grandes amigos de longa data e companheiros de jornada, Gabriel Ferreira Gurian e Geraldo Luiz Cabreira Paes Leme. Agradeço por todos os momentos de ebriedade e de seriedade. O seu apoio e suas considerações sempre foram essenciais.

Agradeço também aos meus colegas de morada. Obrigado por toda parceria, República Tuffy!

Agradeço, por fim, à XIV Turma de Relações Internacionais pelo estágio de docência na disciplina de Geopolítica, sob a supervisão de minha orientadora Fernanda, e à XVI Turma

de Relações Internacionais da Unesp Franca para qual tive a oportunidade de atuar pela primeira vez como docente, o que me fez confirmar a paixão pela sala de aula.

BIANCHINI, Guilherme Correa. **A cooperação internacional na governança dos recursos hídricos no Brasil: o papel do Banco Mundial e o Programa Interáguas**. 2019. 129 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Análise de Políticas Públicas) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2019.

RESUMO

A gestão de recursos naturais estratégicos é fundamental, principalmente no que tange a gestão de recursos hídricos. A indispensabilidade destes para a vida e o desenvolvimento socioeconômico sustentável tornou a água um dos principais objetos de discussões internacionais sobre o meio ambiente, sendo a sua preservação um objetivo primordial na adoção de políticas públicas para a gestão sustentável na agenda global. No Brasil, a resposta às tendências internacionais foi a promulgação da Lei nº 9.433 de 1997, que instaurou a Política Nacional de Recursos Hídricos. Com esta, foram definidas as diretrizes para a gestão integrada e participativa de tais recursos por meio de uma série de instrumentos de gestão e um complexo arranjo institucional baseado na descentralização política da gestão. Porém, com a implementação da política, surgem novos desafios, dentre eles problemas participativos, dificuldades de coordenação intersetorial e institucional, e dificuldades financeiras. O Banco Mundial é um parceiro do governo brasileiro no financiamento de projetos de gestão hídrica há décadas e, atualmente, no âmbito da nova política, tem financiado uma série de programas no setor dos recursos hídricos, por meio da cooperação técnica internacional. O Programa Interáguas, que é um fator central nesta pesquisa, resultou de uma parceria entre o governo brasileiro e o Banco Mundial com a intenção de sanar diversos problemas na aplicação da Política Nacional de Recursos Hídricos, desenvolvendo e coordenando o setor água com os demais setores e fortalecendo as capacidades institucionais do setor. Desta forma, este trabalho teve como objetivo uma análise da cooperação técnica internacional entre o Brasil e o Banco Mundial na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos por meio do Programa Interáguas. Para tanto, foi utilizada a metodologia qualitativa para elaborar a análise e descrever a situação em questão, tendo como base a literatura, textos legais, documentos oficiais de instituições governamentais e do Banco Mundial, bem como os relatórios divulgados pela Agência Nacional de Águas e pelo Banco Mundial sobre o Programa Interáguas.

Palavras-chave: Governança dos Recursos Hídricos. Banco Mundial. Cooperação Técnica Internacional. Política Nacional de Recursos Hídricos. Programa Interáguas.

BIANCHINI, Guilherme Correa. **International cooperation in water governance in Brazil: the role of the World Bank and the Interáguas Program**. 2019. 129 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Análise de Políticas Públicas) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2019.

ABSTRACT

The management of strategic natural resources is fundamental, especially regarding the management of water resources. Their indispensability for life and sustainable socioeconomic development has made water one of the main objects of international discussions on the environment, and its preservation is a primary objective in the adoption of public policies for sustainable management on the global agenda. In Brazil, the response to international trends was the enactment of Law No. 9.433 of 1997, which established the National Water Resources Policy. With this, the guidelines for the integrated and participatory management of such resources were defined through a series of management instruments and a complex institutional arrangement based on political decentralization of management. However, with the implementation of the policy, new challenges arise, including participatory problems, difficulties in intersectoral and institutional coordination, and financial difficulties. The World Bank has been a partner of the Brazilian government in financing water management projects for decades and currently, under the new policy, it has funded a number of programs in the water sector through international technical cooperation. The Interáguas Program, which is a central factor in this research, resulted from a partnership between the Brazilian government and the World Bank aiming to solve various problems in the application of the National Water Resources Policy, developing and coordinating the water sector with the other sectors, and strengthening the institutional capacities of the sector. Thus, this paper aimed to analyze the international technical cooperation between Brazil and the World Bank in the implementation of the National Water Resources Policy through the Interáguas Program. To this end, the qualitative methodology was used to prepare the analysis and describe the situation in question, based on the literature, legal texts, official documents of government institutions and the World Bank, as well as the reports released by the National Water Agency and the World Bank on the Interáguas Program.

Keywords: Water Resources Governance. World Bank. International Technical Cooperation. National Water Resources Policy. Interáguas Program.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Tipos de prestadores de serviços de esgotamento sanitário no Brasil	69
FIGURA 2 - Tendência global de remunicipalização por ano (2004-2014)	72
FIGURA 3 – Tendência global de remunicipalização por país (2004-2014).....	73
FIGURA 4 - Distribuição dos projetos por setor.....	88
FIGURA 5 - Distribuição dos projetos por tema.....	88
FIGURA 6 - Arranjo institucional do Programa Interáguas	99

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Distribuição da Bacia Amazônica nos países amazônicos.....	66
TABELA 2 - Divisão de subsetores da cooperação técnica brasileira para o meio ambiente	87
TABELA 3 - Todos os projetos do setor dos recursos hídricos realizados sob financiamento do Banco Mundial a partir da criação da ANA	90
TABELA 4 - Tabela síntese do Programa Interáguas e dos seus resultados	108

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
ACL	Ambiente de Contratação Livre
AGUASPARANA	Instituto das Águas do Paraná
AID	Associação Internacional de Desenvolvimento
AMGI	Agência Multilateral de Garantias de Investimentos
ANA	Agência Nacional de Águas
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
AySA	Água y Saneamientos Argentinos
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNH	Banco Nacional de Habitação
CBH	Comitê de Bacia Hidrográfica
CERHI	Conselho Estadual de Recursos Hídricos
CETESB	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo
CGP	Comitê Gestor do Programa
Ciadi	Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos
CIAMA	Conferência Internacional sobre Água e Meio Ambiente
CIC Plata	Comitê Intergovernamental da Bacia do Prata
Cius	Conselho Internacional das Uniões Científicas
CMA	Conselho Mundial da Água
CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNAT	Comissão Nacional de Assistência Técnica
CNRH	Conselho Nacional de Recursos Hídricos
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
Codevasf	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba
COFIEX	Comissão de Financiamentos Externos
COMPESA	Companhia Pernambucana de Saneamento
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
CPRM	Serviço Geológico do Brasil
CTPNRH	Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos

DAEE	Departamento de Águas e Energia Elétrica de São Paulo
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
EMBASA	Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.
FAEs	Fundos de Água e Esgoto
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FEHIDRO	Fundo Estadual de Recursos Hídricos
FMA	Fórum Mundial da Água
FMI	Fundo Monetário Internacional
GEF	Global Environmental Facility
GSAN	Sistema Integrado de Gestão de Serviços de Saneamento
GTAF	Grupo Técnico de Acompanhamento, Análise e Fiscalização
GTCEC	Grupo Técnico da Comissão de Financiamentos Externos
GWP	Global Water Partnership
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
IFC	Corporação Financeira Internacional
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITCG	Instituto de Terras, Cartografia, e Geociências do Paraná
LPG/UFPR	Laboratório de Pesquisas Hidrogeológicas da Universidade Federal do Paraná
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCid	Ministério das Cidades
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDR	Ministério do Desenvolvimento Regional
MI	Ministério da Integração Nacional
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MME	Ministério de Minas e Energia
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MS	Ministério da Saúde
MTPA	Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
NGO	Non-governmental Organization
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIGs	Organizações Intergovernamentais

OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
PCT	Projeto de Cooperação Técnica
PDAI-DF	Plano Diretor de Agricultura Irrigada do Distrito Federal
PED	Países em Desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto
PLANASA	Plano Nacional de Saneamento
Planasab	Plano Nacional de Saneamento Básico
PLANERB	Plano de Ações Estratégicas para Reabilitação de Barragens da União
PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente
PNPDEC	Política Nacional de Proteção e Defesa Civil
PNRH	Política Nacional de Recursos Hídricos
PNSB	Política Nacional de Segurança de Barragens
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PrepComm	Preparatory Committee
PROAGUA	Federal Water Resources Management Project
PUND	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
ReCESA	Rede Nacional de Capacitação e Extensão Tecnológica em Saneamento Ambiental
Relob	Rede Latino Americana de Organismos de Bacia
Sanepar	Companhia de Saneamento do Paraná
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Regional
SECIMA	Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos
Sedec	Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil
SEMA	Secretaria Especial de Meio Ambiente
Sema	Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SIG	Sistema de Informação Geográfica
SIH	Secretaria de Infraestrutura Hídrica
SINGREH	Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos

SINISA	Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico
SNIRH	Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos
SNIS	Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento
SNSA	Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental
SRH	Secretaria de Recursos Hídricos
SRHQ	Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental
STP	Secretaria Técnica do Programa
TAL	Empréstimo de Assistência Técnica
TCU	Tribunal de Contas da União
UGP	Unidade de Gerenciamento do Programa
UGRHI	Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos
UM	United Nations
UNCED	United Nations Conference on Environment and Development
Unche	Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente Humano
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UPP	Unidade de Preparação do Projeto
WRM	Water Resources Management
ZEE	Macrozoneamento Ecológico Econômico

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
 CAPÍTULO 1 A GOVERNANÇA GLOBAL DOS RECURSOS HÍDRICOS E O PAPEL DO BANCO MUNDIAL	20
1.1 A Conferência de Estocolmo de 1972, a emergência da ecopolítica internacional e as questões Norte e Sul.....	22
1.2 A institucionalização e mundialização da Ecopolítica	26
1.3 Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD)	28
<i>1.3.1 A Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.....</i>	<i>30</i>
<i>1.3.2 A Agenda 21</i>	<i>32</i>
1.4 A inserção da água dentre as questões ambientais globais.....	34
<i>1.4.1 A Conferência de Mar del Plata, a Conferência Internacional sobre Água e Meio Ambiente e a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e a governança dos recursos hídricos.....</i>	<i>35</i>
<i>1.4.2 As instituições da governança da água</i>	<i>37</i>
1.5 O Banco Mundial: origem, atuação nas relações internacionais e papel na governança ambiental global.....	38
<i>1.5.1 O regime de desenvolvimento do Banco Mundial</i>	<i>40</i>
<i>1.5.2 O Banco Mundial e as questões ambientais</i>	<i>44</i>
<i>1.5.3 A estratégia do Banco Mundial no setor dos recursos hídricos.....</i>	<i>45</i>
 CAPÍTULO 2 A GOVERNANÇA DA ÁGUA NO BRASIL.....	49
2.1 Breve Histórico	49
2.2 A Política Estadual de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo	53
2.3 A Política Nacional de Recursos Hídricos	55
<i>2.3.1 O Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos</i>	<i>57</i>
<i>2.3.2 Os instrumentos de gestão dos recursos hídricos da Política Nacional de Recursos Hídricos</i>	<i>57</i>
<i>2.3.2.1 Os Planos de Recursos Hídricos.....</i>	<i>58</i>
<i>2.3.2.2 O enquadramento dos corpos d'água</i>	<i>59</i>
<i>2.3.2.3 A Outorga</i>	<i>60</i>

2.3.2.4 A Cobrança	61
2.3.2.5 O Sistema de Informações	62
2.4 A relação do setor dos recursos hídricos com outros setores	63
2.5 Os processos de remunicipalização dos serviços de água e saneamento e algumas experiências em outros países	70
2.6 A Descentralização Política e a descentralização da gestão dos recursos hídricos.....	73
2.6.1 <i>Os comitês de bacia e o caminho para a participação social.....</i>	75
2.7 Avaliação e revisão da PNRH e da implementação do SINGREH	79
2.7.1 <i>Avaliações sobre as dificuldades de governança e gestão dos recursos hídricos no Brasil</i>	79
2.7.2 <i>As dificuldades que justificaram a necessidade do Programa Interáguas</i>	82
 CAPÍTULO 3 A COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL	 85
3.1 O Programa Interáguas	92
3.1.1 <i>Apresentação do Programa.....</i>	92
3.1.2 <i>Estrutura do Programa</i>	93
3.1.3 <i>Arranjo institucional do Programa</i>	96
3.1.4 <i>Objetivos do Programa</i>	99
3.1.5 <i>Resultados do Programa Interáguas.....</i>	101
3.1.6 <i>Tabela síntese do Programa e dos resultados.....</i>	108
3.2 Avaliação do Banco Mundial e da Agência Nacional de Águas sobre o Programa Interáguas.....	110
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 116
 REFERÊNCIAS	 120

INTRODUÇÃO

Dentre os recursos mais estratégicos para a humanidade está a água. A escassez destes recursos, em muitas regiões do mundo, pode estar relacionada a baixos índices de desenvolvimento humano por conta de sua indispensabilidade para o cumprimento das necessidades básicas de vida, para o combate à fome e à desigualdade social, além de sua essencialidade para a conservação dos ecossistemas, provando assim a inevitabilidade de concessão de um tratamento especial para esse recurso de expressivo valor estratégico. Desta forma, é imprescindível a atuação política para o desenvolvimento de dispositivos mais eficientes de gestão das águas, tanto em nível internacional, quanto em níveis nacionais.

Com o desenvolvimento da ecopolítica e a inserção dos recursos hídricos nas pautas internacionais, o desenvolvimento da política da água se intensificou e muitos países passaram a modernizar seus aparatos gestores para o setor das águas. O Brasil possui uma grande porcentagem da água doce do planeta e tem enormes discrepâncias regionais, como uma grande abundância de recursos hídricos na pouco populosa região Norte, uma grande escassez de recursos hídricos no bem populoso Nordeste, e um cenário de crises hídricas no ainda mais populoso Sudeste. Fatores como estes destacam ainda mais a necessidade de uma gestão sistêmica eficiente dos recursos hídricos, tendo em vista o caráter sistêmico do ciclo das águas no país.

Desta forma, no Brasil, a ferramenta de gestão adotada foi a Lei nº 9.433, que instaurou a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH). Esta política tem como base a participação social e a descentralização da gestão no âmbito dos Comitês de Bacias Hidrográficas para que a gestão se inicie no nível local e possibilite a adaptação as particularidades regionais do país. A PNRH tem como principais instrumentos de gestão o enquadramento dos copos d'água em categorias de uso, a outorga e a cobrança pelo uso da água, bem como os Planos de Recursos Hídricos e o Sistema de Informações.

No processo de implementação dos instrumentos surgiram dificuldades na gestão dos recursos hídricos no Brasil, como os problemas participativos no âmbito dos Comitês de Bacias Hidrográficas, os problemas financeiros que dificultam a implementação dos Planos de Bacia, necessários para a boa gestão e o bom funcionamento dos comitês, que acabam comprometendo a credibilidade destas instituições. A fragmentação dos recursos hídricos em diversos outros setores correlatos, como o saneamento, a agricultura, a indústria e o grande número de órgãos envolvidos na gestão também geram entraves devido às dificuldades de coordenação para a eficiente implementação de uma política de gestão da água no Brasil.

A partir do momento em que, com estas dificuldades, os problemas de escassez e má qualidade da água se agravam, o acesso universal à água é dificultado, e os conflitos pelos usos se acirram. Assim, as instituições têm desenvolvido projetos e ações que visam melhorar a governança e a gestão dos recursos hídricos no Brasil contando com a cooperação internacional tanto para o desenvolvimento e capacitação técnica como também na parte de financiamento externo. O aumento dessa participação da cooperação internacional na gestão dos recursos hídricos no Brasil nas últimas décadas, colocou em evidência o papel do Banco Mundial no fornecimento de financiamento para programas e projetos relacionados aos recursos hídricos, bem como sua colaboração técnica, já que o Banco Mundial possui um protagonismo significativo nas relações internacionais no âmbito da governança global da água, sendo uma das instituições chave no Conselho Mundial da Água. Aqui cabe destaque à longa relação de cooperação técnica que o Brasil tem com o Banco Mundial nos setores relativos à gestão ambiental. Também deve ser destacado o posicionamento controverso que o Banco Mundial tem em relação aos recursos naturais em geral, normalmente favorecendo a atuação do setor privado na exploração e inserção destes na economia de mercado. Tais fatores têm despertado um debate sobre a dependência dos financiamentos externos por parte do poder público brasileiro.

Assim, esta pesquisa teve como objetivo geral a análise do papel da cooperação técnica internacional do governo brasileiro com o Banco Mundial por meio da contratação de financiamentos no setor dos recursos hídricos para a implementação da PNRH. Mais especificamente, o projeto analisado foi o Programa Interáguas, iniciado em 2011 e encerrado em 2018¹.

Para tal foram utilizados métodos de pesquisa qualitativos, tendo em vista o caráter bibliográfico e documental do trabalho. Para o desenvolvimento deste, foi feita uma revisão da literatura sobre a governança global ambiental, a governança da água e a cooperação internacional, bem como, mais especificamente, envolvendo a literatura brasileira sobre a governança dos recursos hídricos no país. Essa revisão possibilitou o embasamento para a análise do desenvolvimento da política ambiental e da política de recursos hídricos no mundo,

¹ Aqui se faz a análise da cooperação internacional entre o Estado brasileiro e agências multilaterais, como o Banco Mundial, estudado neste trabalho. No caso dos recursos hídricos, também são relevantes as ações de cooperação entre países que compartilham bacias hidrográficas e águas subterrâneas, mas estes não são objeto deste trabalho. Para mais informações, consultar: SANT'ANNA, Fernanda Mello. **Governança multi-escalar dos recursos hídricos transfronteiriços na Amazônia**. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2017. Disponível em: <http://editoraunesp.com.br/catalogo/9788595461802,governanca-multiescalar-dos-recursos-hidricos-transfronteiricos-na-amazonia>. Acesso em: 15 ago. 2019.

e para a análise e descrição da questão da gestão hídrica brasileira e sua relação com a cooperação técnica internacional.

Ainda no que tange aos métodos de pesquisa, também foi necessária a análise de documentos oficiais tanto de órgãos governamentais brasileiros, quanto do Banco Mundial, que permitiram examinar os dados sobre o desenvolvimento do Programa Interáguas, bem como de outros programas desenvolvidos pelo Banco Mundial no Brasil. As informações e os dados para a análise do Interáguas foram retirados de documentos sobre o Programa fornecidos pela Agência Nacional das Águas (ANA) e pelo Banco Mundial, como o documento de aprovação do Programa e o arcabouço teórico para o gerenciamento ambiental do programa, que o descrevem minuciosamente. O andamento do Programa Interáguas foi analisado a partir dos documentos avaliativos semestrais divulgados pelo Banco Mundial, por meio digital, durante a vigência do Programa, denominados *Implementation Status & Results Report*, que contêm dados essenciais para a análise qualitativa da implementação do Interáguas.

Por fim, a breve análise do histórico da cooperação técnica no setor dos recursos hídricos entre o Estado brasileiro e o Banco Mundial foi embasada por publicações da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), da ANA e também do Banco Mundial, levantadas por meio dos *websites* das instituições, que contêm informações sobre programas já implementados pelo Banco Mundial no Brasil, como a página *Project and Operations*, do Banco Mundial, e publicações da ABC, como a denominada *A Água no Cenário da Cooperação Técnica Internacional*.

Destarte, o texto foi estruturado em três capítulos, desenvolvendo-se de uma análise geral para uma análise específica. O primeiro capítulo abordou a evolução da política da água a partir da inserção das questões ambientais na política internacional. Este capítulo descreve e analisa as principais conferências internacionais e seus princípios que, ao longo de décadas, moldaram a política ambiental que conhecemos hoje. Os recursos hídricos se inserem nesta temática pois foi a partir destas conferências que estes recursos foram integrados às discussões políticas. Neste capítulo também são apresentadas as principais instituições da governança ambiental da água, e entre elas se destaca o papel do Banco Mundial. É discutido a sua origem e o seu papel nas relações internacionais e, mais especificamente, na área ambiental e da gestão de recursos hídricos.

Por sua vez, o segundo capítulo tratou da abordagem sobre a governança da água no Brasil. Foi feita uma análise cronológica da política de gestão dos recursos hídricos no país, que tem os seus primeiros resquícios quando o país ainda era uma colônia portuguesa. Buscou-se destacar também o papel fundamental e marcante que o Código das Águas de 1934 teve no desenvolvimento da política das águas no Brasil, tendo em vista o longo período no qual esteve

vigente, até a promulgação da Política Nacional de Recursos Hídricos em 1997 mencionando também o pioneirismo do Estado de São Paulo na Promulgação de sua Política Estadual de Recursos Hídricos no ano de 1991.

O capítulo, portanto, apresenta um panorama geral da governança dos recursos hídricos no Brasil, apresentando quais são os principais órgãos envolvidos na gestão das águas, quais são as principais ferramentas utilizadas, mostrando a necessidade de uma abordagem holística, tendo em vista a intersectorialidade dos recursos hídricos. Neste capítulo também foram discutidos os principais entraves da implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e os problemas que justificaram a criação do Programa Interáguas.

Por fim, o terceiro e último capítulo desta pesquisa se dedica à análise do caso do Programa Interáguas. Nele foram apresentados os aspectos estruturais do Programa, como sua estrutura, seus objetivos e seu arranjo institucional. Os principais resultados do Programa foram analisados, assim como os pareceres das instituições envolvidas no desenvolvimento do Programa que foram divulgados pela Agência Nacional de Águas e pelo Banco Mundial. E ao final é discutido o papel da cooperação internacional do Banco Mundial na governança dos recursos hídricos no Brasil a partir da avaliação do Projeto Interáguas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou analisar a governança dos recursos hídricos no Brasil, a partir do papel da cooperação técnica internacional realizada com o Banco Mundial para a implementação da PNRH com a execução do Programa Interáguas. Foi feita uma análise qualitativa da gestão dos recursos hídricos no Brasil, por meio da PNRH, tendo por base a literatura sobre a governança dos recursos hídricos no Brasil. Esta análise foi apoiada pelo estudo de documentos oficiais sobre a gestão da água no Brasil fornecidos por órgãos oficiais do governo brasileiro, como a ANA e o MMA, e do Banco Mundial, que atuam no setor água brasileiro há décadas.

A pesquisa foi guiada pela hipótese de que, encontradas dificuldades para a aplicação da Política Nacional de Recursos Hídricos geradas pelos mais variados problemas tratados no capítulo dois do texto, o Brasil recorreria a cooperação internacional, tanto para a capacitação técnica como também para financiamentos externos de projetos. E, desta forma, a cooperação internacional exerceria certa influência nos princípios e modelos de gestão de recursos hídricos, além de poder gerar uma certa dependência destes recursos para que a gestão continue operando.

A análise da cooperação entre o Banco Mundial e o Brasil no setor dos recursos hídricos, realizada neste trabalho, principalmente no que concerne ao período posterior à criação da ANA, permitiu compreender que muitos desses projetos tratam de estudos para a elaboração de planos de ações que têm o intuito de sanar as dificuldades a partir do fortalecimento da capacidade institucional brasileira. Também foi constatado que a participação do Banco Mundial tem sido justificada pela sua ampla capacidade técnica e experiência na área de gestão de recursos hídricos. E ainda foi observado que o pessoal técnico do Banco Mundial precisou ter uma atuação ativa ao longo do Projeto Interáguas, devido às dificuldades que as instituições brasileiras apresentaram ao longo de sua implementação como, por exemplo, na coordenação intersetorial entre os ministérios envolvidos no projeto. Por outro lado, é notável que o Banco Mundial teve um papel importante no financiamento de muitos projetos na área de recursos hídricos no Brasil que serviram para aprimorar certos aspectos da governança dos recursos hídricos brasileiros e, inclusive infraestruturas.

Para o estudo dos processos de governança da água, este trabalho contextualizou o histórico da política ambiental no mundo, a partir de grandes conferências internacionais, no qual foram inseridos os recursos hídricos. Com a intensificação dos desafios da gestão da água na década de 1970, foram destacadas três conferências de grande importância para o setor dos

recursos hídricos: a Conferência de Mar del Plata, de 1977, a Conferência Internacional sobre Água e Meio Ambiente (CIAMA) e a Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), ambas de 1992. Estas foram imprescindíveis para a consolidação da atual governança global da água, tendo em vista suas resultantes que estabeleceram princípios e novos paradigmas para a gestão dos recursos hídricos.

O primeiro capítulo também abordou o Banco Mundial e sua trajetória. A instituição teve origem, ao lado do FMI, em Bretton Woods e teve como função, entre os seus primeiros objetivos a reconstrução da Europa no período pós-guerra, o desenvolvimento do comércio internacional e dos investimentos privados. Neste sentido, também foi abordado o regime de desenvolvimento o Banco, muito marcado, nos períodos mais recentes, pela pelo enfoque neoliberal, criticando o desenvolvimento conduzido pelo Estado e apoiando o controle privado na economia, abordagem que é promovida por meio de condicionalidades impostas aos países que contraem empréstimos. Aqui cabe destacar também a atuação do Banco Mundial como um ator influente na governança global dos recursos hídricos, tendo um importante papel na propagação das diretrizes contidas em seu documento Water Resources Management.

No segundo capítulo foi analisado o caso específico brasileiro de gestão dos recursos hídricos, apresentando o histórico da questão da água no país, para a exposição do caminho percorrido até a promulgação da PNRH. Desta forma, foi apresentada a PNRH como a base legal da gestão dos recursos hídricos e os Planos de Recursos Hídricos como a ferramenta operacional a partir da aplicação dos instrumentos de gestão. Neste capítulo também foram levantadas as dificuldades encontradas na gestão dos recursos hídricos no Brasil, que implicam na falta de capacidade e eficiência dos comitês. Tais dificuldades se originam, principalmente, na falta de sustentabilidade financeira, bem como nos problemas relativos ao descumprimento das competências dos comitês, a fragmentação da gestão em diferentes setores e a falta de coordenação intersetorial, as dificuldades de capacitação e a desconsideração das vazões ecológicas, entre outros problemas.

Por fim, a cooperação técnica internacional do Brasil com o Banco Mundial no setor dos recursos hídricos por meio do Programa Interáguas foi analisada no terceiro capítulo do trabalho. Foi demonstrado que esta relação teve início no ano de 1949 e, até os dias atuais, 53 projetos para gestão de recursos hídricos já foram realizados, com destaque para iniciativas como o PROÁGUA. Este projeto buscou, inicialmente o fortalecimento institucional na região Nordeste e, em seu desenvolvimento, tomou abrangência nacional para auxiliar a implementação do sistema de outorga e a cobrança pelo uso da água, que são dois dos

instrumentos de gestão que ainda encontram problemas e dificuldades na sua implementação em todo território nacional.

Já o Programa Interaguas foi proposto para corrigir a dificuldades relativas à capacidade de planejamento dos recursos hídricos no Brasil e promover o fortalecimento institucional do setor, tendo em vista as justificativas levantadas pelo Banco Mundial, como a ineficiência dos serviços de água, a fragmentação do setor e a ineficiência da gestão, sendo estes problemas já abordados em outros projetos, como o PROAGUA.

Também foi feito o levantamento das principais resultantes do Programa, bem como o acompanhamento no desenvolvimento destes por parte do Banco Mundial e da ANA. Foram observadas nos relatórios do Banco Mundial grandes ineficiências no aparato institucional brasileiro no que diz respeito à gestão do Programa Interáguas sendo divulgados, em sua maioria, avaliações insatisfatórias.

No âmbito do Programa Interáguas foi realizado o financiamento de contratação de serviços de consultoria e estudos para a elaboração de planos que, em geral, ainda não têm seus resultados disponibilizados. O que é de grande importância para este trabalho, é que seja observado que o Programa Interáguas foi proposto e implementado para que as capacidades de coordenação intersetorial fossem fortalecidas, porém o que se observa nos relatórios de avaliação, emitidos pelo Banco Mundial, é que as próprias dificuldades de coordenação intersetorial foram entraves para o desenvolvimento das atividades no âmbito do Programa. Ou seja, mesmo com a contração de uma série de empréstimos por parte do governo brasileiro para aumentar a eficiência da gestão, os problemas ainda persistem e atrapalham a implementação de novos programas. Por outro lado, esta pode ter sido uma oportunidade de empreender esforços para melhorar a coordenação intersetorial na gestão de recursos hídricos, tão necessários nas diferentes escalas do âmbito mais local até o nacional. A capacidade técnica do Banco Mundial na gestão de recursos hídricos foi ressaltada desde o início e ao longo de toda implementação do programa, que ficou evidente nas avaliações onde foi possível perceber a intervenção dos Banco com vistas a se adequar às suas regras e entendimentos sobre o desenvolvimento dos objetivos do programa.

A necessidade de recorrer a financiamento externos para a elaboração de estudos e planos em diferentes escalas da governança dos recursos hídricos no Brasil, reflete as dificuldades que a falta de recursos disponíveis para a gestão dos recursos hídricos desde os comitês também atinge os estados e governo federal brasileiro, comprometendo a implementação da gestão segundo as diretrizes da política nacional de recursos hídricos. Ao se recorrer ao financiamento externo as instituições têm que se adequar às normas e princípios

que são ditados pelas instituições financiadoras como o Banco Mundial. E os princípios que regem o modelo de gestão de recursos hídricos propagado pelo Banco Mundial são amplamente conhecidos devido a sua participação em diversos foros, projetos e, de maneira geral, na governança global dos recursos hídricos.

Tendo em vista que este se trata de um trabalho que teve suas limitações de tempo é interessante apontar futuros caminhos para outras pesquisas que visem aprofundar a discussão aqui apresentada. Sendo assim, ainda são necessários mais estudos sobre a cooperação internacional entre o Banco Mundial e o Brasil, que consiga abarcar os diferentes setores em que essa parceria tem um papel fundamental. Seria interessante analisar também as outras formas de cooperação internacional na área de recursos hídricos no Brasil com projetos bilaterais, e também a cooperação Sul-Sul.

Cabe destacar, por fim, que o Programa Interáguas se encerrou em 2018, e em 2019 com o novo governo foram realizadas mudanças políticas no país, que acarretaram a transferência da Agência Nacional de Águas do Ministério do Meio Ambiente para o Ministério da Integração Nacional, e novas abordagens acerca dos problemas da governança dos recursos hídricos podem ser esperadas da Agência e também novos desafios para a coordenação intersetorial.

REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca. Interesses e idéias em políticas participativas: reflexões a partir dos comitês de bacia hidrográfica e os orçamentos participativos. **Sociedade e Estado**. Brasília, v. 18, n. ½, p. 257-290, jan/dez. 2003.

ABERS, Rebecca; FORMIGA-JOHNSON, Rosa Maria; FRANK, Beate; KECK, Margaret Elizabeth; LEMOS, Maria Carmen. Inclusão, deliberação e controle: três dimensões de democracia nos comitês e consórcios de bacias hidrográficas no Brasil. **Ambiente & Sociedade**. Campinas, v. XII, n. 1. p.115-132. Jan-jun. 2009.

ABERS, Rebecca; KECK, Margaret; Aguas turbias: descentralización, coordinación y confrontación em la reforma del sistema de gestión del agua en Brasil. In: LUBAMBO, Catia Wanderley (org.). **Diseño institucional y participación política**: experiências en el Brasil contemporâneo. Buenos Aires: CLACSO, p. 179-212. 2006.

ABREU, Fernando José Marroni de. A evolução da Cooperação Técnica Internacional do Brasil. **Mural Internacional**. v. 4, n. 2, jul-dez, 2013.

AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS – ANA. **Conjuntura**. 88 p. 2018. Disponível em: <http://www3.snirh.gov.br/portal/snirh/centrais-de-conteudos/conjuntura-dos-recursos-hidricos>. Acesso em: 19 fev. 2019.

Agência Nacional de Águas – ANA. **Arranjo Institucional**: Programa de Desenvolvimento do Setor Águas. Disponível em: <http://interaguas.ana.gov.br/Paginas/Arranjo.aspx>. Acesso em: 12 jun. 2019.

Agência Nacional de Águas – ANA. **Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil 2018**: Informe Anual. Brasília: ANA, 2018.

Agência Nacional de Águas – ANA. **Interáguas**: Programa de Desenvolvimento do Setor Águas (Resultados). 2018.

Agência Nacional de Águas – ANA. **Panorama do enquadramento dos corpos d'água no Brasil e Panorama da qualidade das águas subterrâneas no Brasil**. João Gilberto Lotufo Conejo; Marcelo Pires da Costa, José Luiz Gomes Zoby (Coord.). Brasília: ANA, 2007.

Agência Nacional de Águas – ANA. **Parcerias com organismos e programas internacionais**. Disponível em: <https://www.ana.gov.br/textos-das-paginas-do-portal/agua-no-mundo/parcerias-com-organismos-e-programas-internacionais>. Acesso em: 4 ago. 2019.

Agência Nacional de Águas – ANA. **Planejamento dos Recursos Hídricos**. Disponível em: <https://www.ana.gov.br/gestao-da-agua/planejamento-dos-recursos-hidricos>. Acesso em: 15 jun. 2019.

Agência Nacional de Águas – ANA. **Política Nacional de Recursos Hídricos completa 20 anos**. Disponível em: <https://www.ana.gov.br/noticias-antigas/politica-nacional-de-recursos-hadricos-completa-20.2019-03-15.2863378370>. Acesso em: 13 ago. 2019.

Agência Nacional de Águas – ANA. **Projetos bilaterais**. Disponível em: <https://www.ana.gov.br/panorama-das-aguas/agua-no-mundo/projetos-bilaterais#>. Acesso em: 4 ago. 2019.

Agência Nacional de Águas. **Programa de desenvolvimento do setor águas**. Arcabouço teórico para o gerenciamento ambiental do programa: estudos ambientais necessários para a implementação do programa. 2010.

Agência Nacional de Cooperação – ABC; Agência Nacional de Águas – ANA. **A Água no Cenário da Cooperação Técnica Internacional**. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarconteudo/726>. Acesso em: 3 ago. 2019.

Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. **Ambiente de Contratação Livre**. Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/ambiente-de-contratacao-livre-acl->. Acesso em: 12 ago. 2019.

AMORE, Luiz. A água no contexto atual da política externa brasileira. In: **Água e Cooperação: reflexões, experiências e alianças em favor da vida**. Sérgio Ribeiro; Vera Catalão; Bené Fonteles (Orgs.). Brasília: Ararazul, Organização para a Paz Mundial. 2014.

ARRETCHE, Marta, T. S. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 14. n. 40, p. 111-141, 1999.

ASPIAZU, Daniel; Castro, José Esteban. Aguas Públicas: Buenos Aires in Muddled Waters. In: **Remunicipalisation: Putting Water Back into Public Hands**. PIGEON, Martin; MCDONALD, David. A.; HOEDEMAN, Olivier; KISHIMOTO, Satoko (Orgs.). Transnational Institute: Amsterdam. p. 58-73. 2012.

ASSIES, Willem. David versus Goliath in Cochabamba: Water Rights, Neoliberalism, and the Revival of Social Protest in Bolivia. **Latin American Perspectives**. Issue 130, Vol. 30, No. 3, p. 14-36. May 2003.

BANCO MUNDIAL. **Documento de Avaliação: Projeto Integrado Federal do Setor Água – Interáguas**. 2011.

BANCO MUNDIAL. **Projeto Integrado Federal do Setor Água – Interáguas**. 2011.

BARTH, F. T. Aspectos Institucionais do Gerenciamento de Recursos Hídricos. In: REBOUÇAS, A, C.; BRAGA, B.; TUNDISI, J. G. (Org.). **Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação**. 3ª ed. São Paulo: Escrituras. p. 565-599. 1999.

BARTH, Flávio Terra. Gestão integrada das bacias hidrográficas – principais diretrizes e desafios. In: **X Congresso Brasileiro de Águas Subterrâneas**. 1998, São Paulo. **Anais**. São Paulo: Associação Brasileira de Águas Subterrâneas, 1998.

BRAGA, B.; ROCHA, O.; TUNDISI, José Galizia. Dams and the Environment: The Brazilian Experience. **International Journal of Water Resources Development**. 14:2. 1998. p. 127-140. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/07900629849358?needAccess=true>. Acesso em: 12 fev. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 10 fev. 2019.

BRASIL. **Constituição Federal de 1934**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm. Acesso em: 15 de jan. 2019.

BRASIL. **Convenção de Viena e Protocolo de Montreal**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/clima/protecao-da-camada-de-ozonio/convencao-de-viena-e-protocolo-de-montreal>. Acesso em: 15 abr. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 24.643, de 10 de Julho de 1934**. Decreta o Código das Águas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D24643.htm. Acesso em: 19 jun. 2019.

BRASIL. **Lei nº 3.071 de 1º de janeiro de 1916**. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm. Acesso em: 15 jan. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.433, de 8 de Janeiro de 1997**. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH). Brasília, 1997.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Agência Brasileira de Cooperação. **Diretrizes para o desenvolvimento da cooperação técnica internacional multilateral e bilateral**. 4ª ed. Brasília: Agência Brasileira de Cooperação, 2014.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente; Ministério da Integração Nacional; Ministério das Cidades. **Programa de Desenvolvimento do Setor Água**: Carta-consulta à comissão de financiamentos externos – COFIEIX. 2009. Disponível em: <http://interaguas.ana.gov.br/Paginas/Docs.aspx>. Acesso em: 15 jul. 2019.

BRASIL. **Plano de Recursos Hídricos do Estado de Goiás**. 2015.

BRASIL; Ministério da Integração. **Plano Diretor de Agricultura Irrigada para o Distrito Federal**: Relatório Final, 2018.

BRITTO, Ana Lucia Nogueira de Paiva; LIMA, Sonaly Cistina Rezende Borges de; HELLER, Léo, CORDEIRO, Berenice de Souza. Da fragmentação à articulação: a Política Nacional de Saneamento e seu legado histórico. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**. V. 14, N. 1, maio 2012.

CAMPOS, V, N, O; FRACALANZA, Ana Paula. Governança das águas no Brasil: Conflitos pela apropriação da água e a busca da integração como consenso. **Ambiente & Sociedade**. Campinas. Vol. XIII, n. 2., p. 365-383, jul-dez. 2010.

CASTRO, Jose Esteban. Water governance in the twentieth first century. **Ambiente & Sociedade**. Campinas. V. X, n. 2. p. 97-118. 2007.

CASTRO, Jose Esteban. Neoliberal water and sanitation policies as a failed development strategy: lessons from developing countries. **Progress in Development Studies**. V. 8. N. 1. p. 63-83. 2008.

CASTRO, Leonardo Mitre Alvim de. **Consultoria**: Elaboração de Diagnóstico e Avaliação dos Resultados do Plano Nacional de Recursos Hídricos e de Recomendações para a Construção do novo PNRH, com horizonte temporal a partir de 2021. Brasília: IICA, 2017.

COELHO, Jaime Cesar. **Economia, poder e influência externa**: o Grupo Banco Mundial e os programas de ajuste estruturais na América Latina, nas décadas de oitenta e noventa. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Universidade de Campinas: Campinas: UNICAMP, 2002.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA USP. **Declaração de Estocolmo sobre Meio Ambiente Humano (1972)**. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Meio-Ambiente/declaracao-de-estocolmo-sobre-o-ambiente-humano.html>. Acesso em: 20 abr. 2019.

Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: **Nosso Futuro Comum**. 2ª ed. Rio de Janeiro: editora Fundação Getúlio Vargas, 1991.

Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH. **Resolução 12/00**. Disponível em: <http://www.cnrh.gov.br/resolucoes>. Acesso em: 17 jun. 2019.

Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH. **Resolução 16/2001**. Disponível em: <http://www.cnrh.gov.br/resolucoes>. Acesso em: 17 jun. 2019.

Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA. **Resolução 020/1986**. Disponível em: <http://www2.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res2086.html>. Acesso em: 15 jun. 2019.

COUCEIRO, Sheyla Regina Marques; HAMADA, Neusa. Os instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos na região Norte do Brasil. **Oecologia Australis**. v. 15, n. 4., p. 762-774. 2011.

EASTER, K. William; HEARNE, Robert. Water markets and decentralized water resources management: international problems and opportunities. **Water Resources Bulletin**. American Water Resources Association. Vol. 3. n. 1. 1993.

Empresa de Pesquisa Energética – EPE. **Balanço Energético Nacional**: ano base 2017. 2018.

FIGUEIREDO, Ireni Marilene Zago. Os projetos financiados pelo Banco Mundial para o ensino fundamental no Brasil. **Educação e Sociedade**. Vol. 30, n. 109. p. 1123-1138. Campinas, set/dez 2009.

FRACALANZA, Ana Paula; JACOB, A. M.; EÇA, R. F.; Justiça ambiental e práticas de governança da água: (re)introduzindo questões de igualdade na agenda. **Ambiente & Sociedade**. Campinas. Vol. XVI, n. 1., p. 19-38, jan-mar. 2013.

GERLAK, Andrea. K. The Global Environmental Facility and Transboundary Water Resource Management: New Institutional Arrangements in the Danube River and Black Sea. **The Journal of Environment Development**. N.13, p. 400-424. 2004.

GOLDMAN, Michael; How “Water for All!” policy became hegemonic: The power of the World Bank and its transnational policy networks. **Geoforum**, n. 38, p. 786-800. 2006.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 14ª ed., São Paulo: Contexto, 2006.

GUILLO, Vicente Andreu. Celebração dos 30 anos da Agência Brasileira de Cooperação: a atuação da Agência Nacional de Águas no cenário da cooperação técnica. In: **30 anos da ABC: visões da cooperação técnica internacional brasileira**. João Almino; Sérgio Eduardo Moreira (Orgs.). Brasília: FUNAG, p. 199-219. 2017.

HAAS, Peter M. Introduction: Epistemic Communities and International Policy Coordination. **International Organization**, v. 46, n. 1, p. 1-35. 1992.

HAAS, Peter; LEVY, Marc A.; PARSON, Edward A. Appraising the Earth Summit: how should we judge UNCED's success?, **Environment**, vol. 34, no. 8, p. 6–11, 26–33. 1992.

HELLER, L; CASTRO, J. E. Política Pública de saneamento: apontamentos teórico-conceituais. **Eng. Sanit. Ambient.** Belo Horizonte. Vol. 12. Nº 3. p. 284-295. jul/set, 2007.

HOBBSAWN, Eric J. **A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INOUE, Cristina Yumie Aoki. **Regime global de biodiversidade: o caso de Mamirauá**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

JACOBI, Pedro Roberto. Aprendizagem social, desenvolvimento de plataformas de múltiplos atores e governança da água no Brasil. **INTERthesis**. Florianópolis v. 7. n. 1., p. 69-95, jan-jul., 2010.

JACOBI, Pedro Roberto. et al. Governança da Água no Brasil: dinâmica da política nacional e desafios para o futuro. In: JACOBI, Pedro Roberto; SINISGALLI, P. A. **Governança da água e políticas públicas na América Latina e Europa**. São Paulo: Annablume, 2009.

JACOBI, Pedro Roberto. Governança da Água no Brasil. In: **Governança da água no Brasil: Uma visão interdisciplinar**. Ribeiro, Wagner Costa (Org.). São Paulo: Annablume; Fapesp; CNPq, p. 33-59. 2009.

JACOBI, Pedro Roberto. Organismos de bacias hidrográficas: avanços e contradições. In: **Amazônia: olhares sobre o território e região**. Jodival Mauricio da Costa (org.). Amapá: UNIFAP. p. 43-70. 2017.

JACOBI, Pedro Roberto.; CIBIM, J.; LEÃO, R. S. Crise hídrica na Macrometrópole Paulista e resposta da sociedade civil. **Estudos Avançados**. v. 29. n 84. São Paulo, 2015.

JACOBI, Pedro Roberto; BARBI, F. Democracia e participação na gestão dos recursos hídricos no Brasil. **Rev. Kátal**. Florianópolis, v. 10. n. 2. p. 237-244, jul-dez 2007.

JACOBI, Pedro Roberto; FRACALANZA, Ana Paula. Comitês de bacia hidrográfica no Brasil: desafios de fortalecimento da gestão compartilhada participativa. **Desenvolvimento e meio Ambiente**. Curitiba. n. 11-12, p. 41-49, jan-dez, 2005.

JUNIOR, Alceu de Castro Galvão et al. Marcos regulatórios estaduais em saneamento básico no Brasil. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro. 43 (1). p. 207-227. Jan-fev 2009.

KAPUR, D.; LEWIS, J. P.; WEBB, R. **The World Bank: Its First Half Century**. Washington, D.C.: Brookins Institution Press, v. 1. 1997.

KARNS, Margaret P.; MINGST, Karen A. **International organizations: the politics and processes of global governance**. London: Lynne Rienner Publishers, Inc., 2004.

LANNA, A. E. **Introdução à Gestão das Águas no Brasil**: notas de aulas adotadas em diversos cursos sobre Gestão de Recursos Hídricos. AlfaSigma: Porto Alegre, 2001.

LE PRESTRE, Philippe. **Ecopolítica Internacional**. 2ª Ed. Jacob Gorender (Trad.). São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005.

LEFF, E. **Racionalidad ambiental**: La reapropiación social de la naturaleza. Ciudad de Mexico: Siglo xxi editores s.a., 2004.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2001.

LOBINA, Emanuele; KISHIMOTO, Satoko; PETITJEAN, Olivier. **Veio para ficar**: a remunicipalização da água como uma tendência mundial. Unidade Internacional de Pesquisa de Serviços Públicos (PSIRU); Instituto Transnacional (TNI); Observatório Multinacional. 2015.

MARTÍNEZ-ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2007.

MARTINS, Rodrigo Constante. A construção social da economia política da água. **Sociologia, Problemas e Práticas**. Lisboa. n. 73, p. 111-130, 2013.

MARTINS, Rodrigo Constante. De bem comum a ouro azul: a crença na gestão racional da água. **Contemporânea** – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v.2, n.2, p. 465-488. jul-dez 2012.

MASCARENHAS, Ana Cristina Monteiro. **Conflitos e gestão de águas**: o caso da bacia hidrográfica do rio São Francisco. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília. Brasília: UnB, 2008.

MECHI, A.; SANCHES, D. L. Impactos ambientais da mineração no Estado de São Paulo. **Estudos Avançados**. São Paulo. 24 (68). 2010. p. 209-220. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v24n68/16.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2019.

MELO, Adriano. **Os comitês de bacias hidrográficas e sua responsabilidade nas questões relacionadas à gestão para o combate da escassez de água**. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Análise de Políticas Públicas). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Franca: Unesp, 2018.

Ministério do Meio Ambiente – MMA. **Outorga Federal**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/agua/recursos-hidricos/outorga-federal.html>. Acesso em: 19 jun 2019.

MMA, MI, MCid, ANA. **Programa de desenvolvimento do setor água: Manual Operativo**. Vol.1. 2014.

MMA. **Carta das Águas Subterrâneas do Estado do Paraná**. Brasília: DF, 2015.

MOLLINGA, Peter P. Water, Politics and Development: Framing a Political Sociology of Water Resources Management. **Water Alternatives**. V. 1, n. 1, p. 7-23. 2008.

MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável**. 2ª ed. Florianópolis: UFSC, 2004.

MURTHA, Ney Albert; CASTRO, José Esteban; HELLER, Léo. Uma perspectiva histórica das primeiras políticas públicas de saneamento e de recursos hídricos no Brasil. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo v. XVIII, n. 3. p. 193-210. Jul-set. 2015.

NOVAES R. C.; JACOBI, Pedro Roberto. Comitês de Bacia, Capital Social, e Eficiência Institucional: Reflexões preliminares sobre influências recíprocas. In: I Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade ANPPAS, 2002, Indaiatuba. **Anais** (online). Indaiatuba: ANPPAS, 2002. Disponível em http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/recursos_hidricos/Ricardo%20Novaes%20-%20Pedro%20Jacobi.pdf. Acesso em: 20 fev. 2019.

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Sustentável. **Governança dos Recursos Hídricos no Brasil**. OECD Publishing: Paris, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração de Estocolmo sobre Meio Ambiente Humano**. Estocolmo, 1972

PEREIRA, Dilma Seli Pena; JOHNSSON, Rosa Maria Formiga. Descentralização da gestão dos recursos hídricos em bacias nacionais no Brasil. **REGA – Revista de Gestão da Água da América Latina**. Vol. 2. n. 1. jan-jun. p. 53-72, 2005.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)**. 1ª ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

PIGEON, Martin. Une eau publique pour Paris: Symbolism and Success in the Heartland of Private Water. In: **Remunicipalisation: Putting Water Back into Public Hands**. PIGEON, Martin; MCDONALD, David. A.; HOEDEMAN, Olivier; KISHIMOTO, Satoko (Orgs.). Transnational Institute: Amsterdam, p. 24-39, 2012.

PINHATTI, Antonio Luiz. **Aspectos conceituais da gestão de recursos hídricos e sua aplicação nos casos das bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá**. Dissertação (Mestrado em Geociências). Universidade Estadual de Campinas. UNICAMP: Campinas, 1998.

PITMAN, George Keith. **Bridging Troubled Waters: Assessing the World Bank Water Resources Strategy**. Washington D.C.: The International Bank for Reconstruction and Development/The World Bank, 2002.

PORTO, Monica F. A.; PORTO, Rubem La Laina. Gestão de bacias hidrográficas. **Estudos Avançados**. v. 22, n. 63. p. 43-60. São Paulo, 2008.

RAVANELLO, Mariane Moreira. **Análise técnica, legal e social para subsídios à outorga de direito de uso dos recursos hídricos na bacia hidrográfica do Rio Ibicuí – RS**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil). Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria: 2007.

RIBEIRO, Wagner Costa. **Geografia política da água**. São Paulo: Annablume, 2008.

RIBEIRO, Wagner Costa. Impasses da governança da água no Brasil. In: **Governança da água no Brasil: uma visão interdisciplinar**. Wagner Costa Ribeiro (org.). São Paulo: Annablume. p. 111-133. 2009.

ROSS, Jurandyr L. Sanches; DEL PRETTE, Marcos Estevan. Recursos Hídricos e as Bacias Hidrográficas: âncoras do planejamento e gestão ambiental. **Revista do Departamento de Geografia**. São Paulo, n. 12, p. 89-121, 1998.

RUTKOWSKI, Emília. **Desenhando a bacia ambiental** – subsídios para o planejamento das águas doces metropolitan(izad)as. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.

SANT'ANNA, Fernanda Mello. **Governança multi-escalar dos recursos hídricos transfronteiriços na Amazônia**. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2017. Disponível em: <http://editoraunesp.com.br/catalogo/9788595461802,governanca-multiescalar-dos-recursos-hidricos-transfronteiricos-na-amazonia>. Acesso em: 15 ago. 2019.

SANT'ANNA, Fernanda Mello. **Governança multi-escalar dos recursos hídricos transfronteiriços na Amazônia**. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2013.

SANT'ANNA, Fernanda Mello; MOREIRA, Helena Margarido. Ecologia política e relações internacionais: os desafios da Ecopolítica Crítica Internacional. **Revista Brasileira de Ciência Política**. nº 20. p. 205-248. 2016.

SÃO PAULO. **Constituição Estadual de 1989**. Disponível em: <http://www.legislacao.sp.gov.br/legislacao/dg280202.nsf/a2dc3f553380ee0f83256cfb00501463/46e2576658b1c52903256d63004f305a?OpenDocument>. Acesso em: 10 fev. 2019.

SCANTIMBURGO, André Luis. **O Banco Mundial e a política nacional de recursos hídricos**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

SCANTIMBURGO, André Luis. Políticas públicas e desenvolvimento sustentável: os limites impostos pelo capitalismo no gerenciamento e preservação dos recursos hídricos no Brasil. **Aurora**. Marília, ano V, n. 7., p. 62-79, Jan 2011.

SCHWINGEL, Ana Cristina Fraga da Silva. Breves considerações sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos. **Consultoria Legislativa**: Estudo jan. 2008.

SETTI, A. A. et al. **Introdução ao gerenciamento dos recursos hídricos**. Brasília: ANA/Aneel, 2001.

SEVÁ FILHO, A. O. Problemas intrínsecos e graves da expansão mineral, metalúrgica, petrolífera e hidrelétrica nas Amazônias. In: ZHOURI, A. e LASCHEFSKI, K. (orgs.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG. p. 114-147. 2010.

SILVESTRE, Maria Elisabeth Duarte. **Água doce no Brasil**: razões de uma nova política. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2003.

SOUZA, Matilde de; VERSIEUX, Bernardo Hoffman. O Brasil na governança dos recursos hídricos transfronteiriços: o papel da Agência Nacional das Águas na gestão da bacia amazônica. **Carta Internacional**. Vol. 10, ed. especial. p. 114-132. 2015.

SOUZA, Matilde. **Solidariedade e interesses na gestão de recursos hídricos**. Tese (Doutorado em Ciências Humanas). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

SPETH, James Gustave. A agenda ambiental global: origens e perspectivas. In: **Governança ambiental global**: opções & oportunidades. Daniel C. Etsy e Maria H. Ivanova (Orgs.); Assef Nagib Kfoury (Trad.). São Paulo: Editora Senac, 2005.

STEINKE, V. A.; SAITO, C. H. Avaliação geoambiental do território brasileiro nas bacias hidrográficas transfronteiriças. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. Taubaté. v. 6, n. 1. Jan-abr. 2010. p. 189-222. Disponível em: <http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/267>. Acesso em: 12 fev. 2019.

TUNDISI, José Galizia et al. **Recursos Hídricos no Brasil** – Problemas, Desafios e Estratégias para o Futuro. Academia Brasileira de Ciências: Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.ifbaiano.edu.br/unidades/valenca/files/2011/05/Recursos-Hidricos.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2019.

UNITED NATIONS. **Our Common Future**: report of the World Commission on Environment and Development. 1987. Disponível em: http://netzwerk-n.org/wp-content/uploads/2017/04/0_Brundtland_Report-1987-Our_Common_Future.pdf. Acesso em: 12 abr. 2019.

VARGAS, E. V. Água e relações internacionais. **Revista Brasileira de Política Internacional**. v. 43, n. 1. Brasília, 2000.

VENEZIANO, Alicia. Gobernanza en la descentralización: una mirada desde América Latina. In: Congreso Español de Ciencia Política y de la Administración, 7, 2005, Montevideo. **Anais**. INAP, 2005.

VICTORINO, Valério Igor P. Monopólio, conflito e participação na gestão dos recursos hídricos. **Ambiente & Sociedade**. Campinas. Vol. VI. n. 2. P. 47-62, 2003.

WORLD BANK. **Project appraisal document on a proposed loan in the amount of US\$ 107.3325 million to the federative republic of Brazil**, 2011. Disponível em: <http://interaguas.ana.gov.br/Paginas/Docs.aspx>. Acesso em: 15 jul. 2019.

WORLD BANK. **Projects in Brazil**. Disponível em: http://projects.worldbank.org/search?lang=en&countrycode_exact=BR. Acesso em: 15 out. 2019.

WORLD BANK. **Projects & Operations**. Disponível em: <http://projects.worldbank.org/>. Acesso em: 14 de ago. 2019.

WORLD BANK. **Water Resources Management: A World Bank Policy Paper**. Washington D.C.: World Bank. 1993.